

DA CRIMINALIDADE À RELIGIÃO: PRÁTICAS DE SENTIDO NO INTERIOR DO CÁRCERE

Luiz Henrique Bergamaschi¹

RESUMO: O presente trabalho busca apresentar uma compreensão sobre como a religião, a experiência de conversão e as práticas religiosas no interior do Presídio Regional de Barbacena dotam de sentido o mundo dos detentos, assim como dos ex-detentos que venham a alcançar a liberdade durante o processo de realização desta pesquisa. Para tanto, empreendo uma análise socioantropológica considerando a interface entre sociedade, massa carcerária, corpo institucional e frentes religiosas. Os agentes relacionados anteriormente merecem a atenção do presente estudo e estão sendo analisados à medida que se desenvolve o referido empreendimento científico. Assim, a pesquisa se realiza a partir do acompanhamento da assistência religiosa feita pelas igrejas neopentecostais ao presídio citado e em específico nesse trabalho frisarei a atuação da Igreja Internacional Ministério Shalom. A presente abordagem visa a contribuir para os estudos da criminologia no contexto das Ciências Sociais, entendendo-se que uma perspectiva mais holística sobre os processos e mundos possíveis implicados, direta e indiretamente, a esta realidade tende a mostrar que a religião se torna um componente para um processo histórico de transformação da experiência subjetiva e objetiva, quando colocada em diálogo com a sociedade mais ampla. Sob essa chave analítica, a religião torna-se uma ação política, mostrando-se como um espaço para a busca da liberdade, assim como para suas cidadanias perdidas no contexto prisional e para os valores ligados à plena realização dos sujeitos no mundo da vida.

1391

Palavras-chave: prisão; religião; conversão; prática de sentido.

Do mundo prisional: uma observação no Presídio Regional de Barbacena

Abordarei os principais aspectos do mundo carcerário neste capítulo. O estudo de caso feito a partir de práticas etnográficas no Presídio Regional de Barbacena servirá como objeto empírico maior para o desenvolvimento de minha análise. Considero nessa etapa ser fundamental iluminar teoricamente parte das dinâmicas do referido presídio, com ênfase na relação e funcionamento da equipe dirigente, diretoria e agentes penitenciários, e o mundo dos internos, os detentos. Com isso visio traçar um quadro de caracterização, ainda que distante de um nível de detalhamento ideal, sobre a condição qualitativa das estruturas e das funções da instituição, ora estudada, e que me servirá de base para a sua problematização. Por fim, essa incipiente caracterização servirá como contexto introdutório para o enredo analítico do papel da frente religiosa nessa conjuntura prisional.

1 Graduando em Ciências Sociais pela UEMG, campus Barbacena.
E-mail: luizhberga@yahoo.com.br

O sistema prisional institucional barbacenense teve seu início no século XIX, precisamente na terceira década desse, com a construção da primeira Cadeia Pública de Barbacena. Hoje, o antigo prédio, tombado definitivamente pelo Patrimônio Histórico Cultural em 1983, funciona como espaço cultural “Casa Da Cultura”. Com a finalização de suas atividades, o segundo prédio da Cadeia Pública, localizado em frente à antiga construção e na área histórica do município, fora alçado como sede da instituição em meados do século XX. Já em 2008, houve a conversão da instituição para presídio e a SUAPI (Subsecretaria de Administração Prisional) passou a administrá-lo.

À medida que se desenvolveu minha observação de campo, pude gradualmente perceber o ambiente carcerário e ter maior contato com o corpo dirigente. Um dos primeiros elementos que recebi das mãos do diretor e que pretende representar o mundo institucional foi um pequeno jornal redigido pela equipe dirigente. Na verdade, um boletim informativo, que, segundo as intenções dessa equipe, teria uma publicação trimestralⁱ. Sobre tal boletim, conforme as observações de Goffman (1974, p. 86) cabe dizer que “o material apresentado tende a fechar um círculo em torno da instituição e a dar um caráter de realidade pública ao mundo interior”, permitindo, assim, que haja uma espécie de *cerimônia institucional* na divulgação de jornais, revistas, ou do próprio boletim no caso empírico. .

No boletim mencionado existem seis matérias. A primeira trabalha a importância da SUAPI; a segunda, explica de maneira sucinta a lei de execução penal nº 7.210 de 1984, a qual disserta, dentre outras coisas, sobre o direito da reeducação ou assistência educacional nas penitenciárias brasileiras. A terceira apresenta, resumidamente, os objetivos da gestão pública para as instituições prisionais. A quarta e a quinta enfatizam o trabalho de educação formal realizado no presídio, que contou inicialmente com 32 alunos-detentosⁱⁱ. A sexta e última matéria apresenta um curso de formação de agentes penitenciários aprovados em concurso. No boletim, o discurso principal é uma clara perspectiva sobre o que reza a lei, em termos de reeducação, e o que se realiza no Presídio Regional de Barbacena a partir desse marco legal. Como moldura, o corpo da SUAPI, em específico, a frente de agentes penitenciários como objeto em matérias de abertura e fechamento do texto informativo. Não há, portanto, no boletim informativo, qualquer interesse de apresentar uma realidade de contrastes, na qual o marco legal e esfera prática carcerária se enviesam por conta de diversos processos e estruturas que revelam uma experiência pouco voltada para esse fim. Uma expressão pouco fiel, a partir de minhas observações de campo, acerca da realidade de reeducação vivida no presídio.

Existem no estabelecimento em questão, outras experiências que caracterizam *cerimônias institucionais*, atividades recreativas e cultural-educativas, tais como sessões de filmes

(com temas ligados à superação) e concursos, como o *Miss Prisional 2014*ⁱⁱⁱ, envolvendo a ala feminina. Tais eventos são mais esporádicos, como a 2ª edição do concurso de beleza feminina ocorrido entre os meses de setembro, outubro e novembro do referido ano. Nesse tipo de acontecimento há uma mistura entre as hierarquias, pois, em alguns aspectos, a equipe dirigente passa a realizar um papel mais subalterno, considerando o universo imaginário do desfile. Enquanto as detentas vivem um dia de tratamento de beleza, cuidando primeiramente do visual e posteriormente exibindo-se nas passarelas, a equipe dirigente, para que tudo seja realizado da melhor forma, providencia um ambiente mais adequado, com profissionais de estética e participando ativamente dos preparativos e desenvolvimento da dinâmica proposta. Enfim, uma prática cerimonial que permite que parte do corpo de prisioneiros tome certa liberdade no tocante à dinâmica de socialização.

Os relatos de alguns membros da equipe dirigente sobre o acontecimento apresentam uma interpretação positiva. Destaco a fala de um funcionário administrativo em entrevista: “[...] foi muito bom, elas ficam mais felizes, com a autoestima elevada. É um dia diferente, onde elas por alguns momentos esquecem quem são”.

De fato, positivos se mostram tais arranjos institucionais. Mas há que se considerar nesta navalha, as diferenças entre seus dois gumes. Ao se levar em conta as realidades insipientemente acertadas e localizadas de determinadas ações, revela-se um esforço enorme para o deslocamento da atenção, seja do quadro institucional dirigente, dos detentos ou da sociedade livre daquela outra, menos utópica e profundamente arraigada nos ditames objetivos e subjetivos do mundo prisional. Isto é,

Por mais insipiente que seja (e por mais funcional), a cerimônia assinala um momento em que se afasta e até se inverte o drama social diário, e assim nos lembra que aquilo que foi afastado tem um caráter dramático [...] (GOFFMAN, 1974, p. 97-98).

Com base nisso, por outro lado e sobre diversos aspectos, a mentalidade da direção em relação aos detentos e aos recursos presentes na instituição para o melhor funcionamento possível do presídio, atinge um entendimento geral de que os detentos são basicamente criminosos que não merecem confiança, essa visão é mais extremista no corpo de agentes penitenciários do que no corpo da diretoria. Haja vista as ações sobre os serviços prestados dentro do cárcere que encontram maior grau de confiança na equipe diretora do que na equipe de agentes penitenciários. A fala do diretor do Presídio, em entrevista realizada no dia 07 de

julho de 2014, ilustra esse processo no que concerne à presença de representantes religiosos na instituição:

Temos vivido algumas dificuldades em relação aos trabalhos religiosos que são feitos aqui. Reunimos em certa ocasião, cinquenta detentos no pátio para um culto. Eu estava confiante e o pastor também, pois os presos estavam bem e decidimos realizar esse culto que foi muito bonito. Porém, alguns agentes fizeram denúncias, onde apresentavam uma outra realidade sobre o mesmo evento, dizendo que eu estava colocando em risco a segurança do presídio. [...] É difícil mudar a mentalidade de alguns agentes, eles dificultam muitas vezes, deixando os agentes [religiosos] esperando muito tempo para entrarem e realizarem o trabalho no presídio. [...] Não acredito que esses agentes possam mudar de mentalidade, pois foram formados dessa forma [...].

Com isso, pode ser percebida uma espécie de identificação feita por parte da equipe dirigente, mais especificamente por parte do corpo de agentes penitenciários acerca dos detentos, em geral. Tal identificação assinala a figura pura do delinquente em cada preso que a instituição recebe, ou seja, cada detento é um delinquente por fundamento de suas ações que o conduziram ao cárcere e dessa constatação emanam as razões que perturbam a idéia de confiança ou mesmo de *crédito* ao corpo de prisioneiros. Fato que se conforma na prática diária do trabalho institucional e que revela as tensões entre as frentes que lidam direta e indiretamente com os detentos. Essa questão de identificação imediata se localiza no cerne “[...] de um meio básico de controle social” (GOFFMAN, 1974, p.78).

Em conversa com um agente penitenciário, ocorrida em 31 de julho de 2014, então responsável pela segurança, sobre meu posicionamento no pátio durante os cultos religiosos, me deparei com a seguinte orientação exposta por ele:

Acho melhor você ficar do lado de fora do pátio, pois dali dá pra você observar o culto e conversar com os detentos sem se arriscar, pois não podemos esquecer que eles são criminosos e alguma coisa pode lhe acontecer e aí teremos que responder por isso. Temos que ser responsáveis e não colocar em risco a segurança, porque como falei, não podemos esquecer que eles são criminosos.

Uma atmosfera de controle, garantida pela estrutura e funcionamento da prisão, não pode ser quebrada pela idéia, considerada por parte dos agentes penitenciários, irresponsável de se relaxar diante de um detento. Na moral do trabalho institucional habita, assim, uma noção de controle que deverá sempre existir, independente do estado do detento. Constata-se

uma espécie de solidariedade moral institucional, ou ainda, do trabalho institucional que julga o detento, fundamentalmente, uma ameaça potencial. A estrutura da instituição prisional age de modo a dar perpetuação a essa ideia e por meio do corpo de agentes penitenciários, forma-se uma engrenagem de primeiro contato com os detentos e com a manutenção do controle sobre os mesmos. Portanto, a busca não é necessariamente por um processo de recuperação do detento, mas, sim, uma espécie de adestramento rigoroso sobre a massa carcerária que somente perde um pouco de sua energia no território das celas, mas isso veremos adiante. No trânsito das celas para o pátio, no pátio e nos deslocamentos externos, vigoram essa ação disciplinar para o “bom adestramento” (FOUCAULT, 2010a, p.164).

Neste ponto é necessário nos determos em um curto esclarecimento acerca das perspectivas teóricas que lancei sobre as dinâmicas descritas. Enquanto Goffman (1974) fala de um funcionamento institucional total sobre o sujeito, que pretende *mortificar* seu eu, Foucault (2010a) tenta conhecer o funcionamento da gestão para apontar sua deficiência ou sua real “funcionalidade” diante dos argumentos que o apontam como racional. O diálogo entre essas perspectivas ficará mais nítido ao passo que a realidade do cárcere, com ênfase na dinâmica do corpo de prisioneiros, for tomando curso no presente capítulo.

1395

Pode-se pensar que no âmbito prisional a instituição total interfira monopolizando a direção do poder, permanente e soberanamente, sobre os prisioneiros, mas se há uma constante vigília estrutural-funcionalista da prisão sobre os detentos, não é verdade, por outro lado, que o poder seja somente manipulado por ela e, ao contrário, no ambiente carcerário existe um poder difuso e fluido que vaga nos liames dos detalhes relacionais e que em sentido foucaultiano, constrói-se com base econômica e política. Considerando, portanto, essa estação intermediária de poder, há na sociedade reclusa, dentro de um limite ajustado, certa medida de variação em que se dão as ações e a cultura do detento, ainda que de maneira muito precária e institucionalizada. Essa constatação deve servir para uma crítica a alguns aspectos da teoria goffmaniana e que será definida adiante. Mas antes, passemos à realidade do mundo institucional recluso.

O grupo de prisioneiros que está concentrado no Presídio Regional de Barbacena é majoritariamente masculino. No dia 25 de setembro de 2014 apliquei 275 questionários e nessa mesma data, obtive o retorno de 171. Desses, 109 detentos se declararam pardos e negros e 62 se declararam brancos. Quanto ao grau de escolaridade, 15 (quinze) declararam que possuem o primário incompleto; 7 (sete) que possuem o primário completo; 70 (setenta) que possuem ensino fundamental incompleto; 9 (nove) que possuem ensino fundamental

completo; 46 (quarenta e seis) que possuem ensino médio incompleto; 15 (quinze) que possuem ensino médio completo; 5 (cinco) que possuem superior incompleto e, por fim, 4 (quatro) que possuem superior completo.

Em relação à condição penal, 85 (oitenta e cinco) detentos disseram que estão aguardando julgamento; 62 (sessenta e dois) disseram que já foram condenados e cumprem pena; 16 (dezesesseis) disseram que já cumpriram a pena, porém permanecem presos; 8 (oito) não responderam essa questão. Chamou minha atenção nessa última pergunta, sobre a da condição penal, o fato que dos 62 (sessenta e dois) que responderam positivamente à opção “já foram condenados e cumprem pena”, 32 (trinta e dois), marcaram a variante “Cumpre pena em regime semiaberto”. No entanto, o questionário foi aplicado e recolhido entre 9 e 11:40 da manhã do dia citado. Os detentos que cumprem pena em regime semiaberto na unidade não estavam nas dependências do presídio nesse período do dia e, além do mais, existe uma cela separada somente para abrigar esses à noite. Portanto, configura-se aí um quadro de desconhecimento, confusão e alienação do recluso em relação à própria condição penal. Neste sentido *stricto*, quanto ao qualitativo do muno prisional, e foucaultianamente falando, a reclusão é um gesto que promove a alienação (FOUCAULT, 2010b).

1396

Nas observações, pude perceber que as celas estão sobrecarregadas, suportando um número bem maior em relação ao que seu planejamento propõe abrigar. É comum, por exemplo, em uma cela com dez leitos, se concentrarem cerca de trinta detentos. Esse arranjo existencial da prisão degrada o ambiente em níveis dramáticos e consolida um estado de margem.

Para além desse tipo de alienação, em geral, nota-se uma ruptura com a solidariedade moral, em sentido amplo, que pulsava na vida doméstica do detento e sua “agência civil”, por assim dizer, sofre um estrangulamento pelo simples fato do confinamento existir. Recorrentemente, em conversa com os detentos, me chamou a atenção o fato de existirem muitas manifestações de pedidos para que eu entrasse em contato com seus familiares. Em torno dessa ruptura, todo um contexto carcerário está implicado. Dialogando com um membro atuante da Pastoral Carcerária, no dia 07 de janeiro de 2015, um relato que ilustra esse processo:

[...] aquele preso vive me pedindo para eu entrar em contato com sua mãe. Ela é minha vizinha e eu conheço ela. Ela não vem aqui não. Ela sente vergonha de passar para a visita. Tem revista e ela não vem não. É muito difícil a realidade aqui. Ele vive me pedindo isso, sempre que venho, ele me pede.

Poder-se-ia pensar, no entanto, que para um sujeito considerado criminoso esse processo de separação, levando em conta o seu eu, um eu desviante, seria positivo, mas necessariamente sobre essa perspectiva, a instituição total teria que ser regada por estruturas que beneficiassem a recuperação dos detentos, pois, assim, seu eu criminoso desapareceria e um novo eu, reformado, surgiria. Entretanto, não é essa a questão, se por um lado, a instituição total possui um arranjo que separa o indivíduo da liberdade e, ainda, sela-o com um remodelamento sócio-institucional em que as normas do estabelecimento passam a ser, em tese, o regulador máximo da vida reclusa; por outro, a mesma instituição não possui máxima competência para blindar a vida no confinamento das ações e influências negativas e que fazem, grosso modo, os sujeitos confinados reincidirem nos atos criminosos, mesmo no ambiente do cárcere. Há certa permeabilidade entre as realidades intra e extra muros da instituição total. Em específico, uma porosidade que permite a relação, por vezes, afinada, entre *crime e Estado*. Com isso, reiterando o que fora dito sobre a crítica à teoria goffminiana, uma certa relativização em torno do conceito “totalizante” de uma instituição total se faz pertinente, pois na realidade prática existem fissuras no seu funcionamento e em suas estruturas que aceitam certos fluxos de conteúdos negativos. Em conversa com um detento, em 31 de julho de 2014, esse relatou o seguinte:

[...] você acha que eu conto pra minha família o que acontece dentro de uma cela? O tempo passa, eu não conto não. O que acontece na cela fica lá. Aqui não é fácil, a gente passa muita coisa. Minha família precisa saber disso? Ela nunca vai saber o que acontece dentro do barraco!

Ao ser submetido a um regime de pena fechado, também é submetido às leis do cárcere: as institucionais e as do corpo de prisioneiros. Verificam-se, com isso, dois campos de dominação claros, mas, contudo, desses surge um terceiro, que ora têm suas partes acordadas e por vezes, em conflito. Nesse último, o desequilíbrio causa transtornos de maior dimensão tanto para os detentos, como para a realidade institucional dirigente. Constituem-se exemplos desses fenômenos em desequilíbrio: abusos de autoridade e rebeliões. Assim, chego, enfim, a uma perspectiva mais foucaultiana da questão.

[...] Desde o começo a prisão devia ser um instrumento tão aperfeiçoado quanto a escola, a caserna ou o hospital, e agir com precisão sobre os indivíduos. O fracasso foi imediato e registrado quase que ao mesmo tempo que o próprio projeto. Desde 1820 se constata que a prisão, longe de

transformar os criminosos em gente honesta, serve para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade. Foi então que houve, como sempre nos mecanismos de poder, uma utilização estratégica daquilo que era um inconveniente. A prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são úteis tanto no domínio econômico como no político [...] (FOUCAULT, 2002, p. 131-132).

Há, por conta das estruturas precárias que estão na ordem do dia da prisão, corpos precariamente institucionalizados. Se a prisão é dotada de precariedade, os corpos de seus detentos também recebem essa marca, que transfigura o valor moral e psicológico do grupo social encarcerado. Para melhor comunicar essa realidade, apresento um relato que me foi passado por um dos detentos,

Sou um reeducando de bom comportamento respeitando os agentes penitenciários e os outros reeducando. Esta certo que si estamos aqui é por que erramos mas somos seres humanos, aqui somos tratados como bicho não tem nem roupas para poder vesti. Tem outros que estão chegando e estão com roupas já velhas ou de outro preso que trabalha aqui na obra, o cara fica com a roupa suja e toda suada e fedendo. Aqui poderia ter mais oportunidade para os reeducandos desta PT [coloque o que significa PT] assim creio eu que vai ficar muito mais melhor pois assim ficamos com a mente acupada, poder ter artesanatos nas celas em gerais pois muitos aqui são pais de família e os que sabem fazer artesanato já vai estar ajudando a família de si próprio e com isso os filhos ficariam feliz. O Atendimento, bom o atendimento aqui é medio não nos da muita atenção Alimentação melhorou 40% mais poderia melhorar mais. Higiene, bom a higiene aqui é sero bom cada um aqui cuida de sua higiene corporal, mas sobre materiais para lavar o banheiro é osso eles pagam um sabão que pasesi manteiga e o pior de tudo é uma barra para 3 dividir isso não lava nada mau mau uma cueca. Poderia pagar uma vez por semana produto de limpeza é mais roupas. No mais é isso mesmo^{iv}.

1398

Como se nota e desde os escritos foucaultianos, sendo a prisão um espaço institucional espinhoso, no que concerne a ausência das condições mínimas para uma recuperação adequada, se torna o corpo do prisioneiro, conforme mostra o relato do detento, submisso ou refém de um quadro institucional calamitoso. Como existe um terceiro campo de poder, essas condições podem afirmar, ora mais e ora menos, uma lógica de superação marginal e marginalizante, que tenta resistir e romper com esse estado por meio da transgressão. Chego a essa etapa do trabalho, em que passo a contemplar, a partir das práticas de observação de campo, um fio que emana da religião para o mundo prisional e que estabelece nesse, para além das grades e do corpo precariamente institucionalizado, uma prática de sentido que de algum modo anima a vida daqueles sujeitos reclusos.

A religião no cárcere: uma prática de sentido

Farei neste capítulo um pequeno recorte do que tenho observado em campo. Conforme já fora ressaltado no início, o trabalho da Igreja Internacional Ministério Salhom servirá de base para esta análise. É essencial que o discurso do sujeito observador se relacione com o discurso do sujeito observado. Em termos antropológicos, entre o antropólogo e o nativo, é fundamental que uma relação discursiva de sentido surja, em outros termos, as práticas de sentido devem compreender que há diversos mundos possíveis dentro de nossas dicotomias classificatórias para a realidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2002). É sob essa perspectiva antropológica que tento elaborar minhas considerações sobre a relação entre o sistema prisional e a religião.

Manhã de quinta-feira, décimo dia do mês de julho do ano de 2014. Data em que finalmente, depois de mais de dois meses tentando entrar em campo, cheguei ao presídio para minha primeira observação. Fui recebido pela agente penitenciária da Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI) e então coordenadora de segurança da unidade. A profissional conduziu-me até o pátio do Presídio Regional de Barbacena, onde estava sendo iniciado um culto neopentecostal da Igreja Shalom. Após passarmos pela área administrativa, seguimos adiante no ambiente do cárcere. Um cheiro de umidade exalava do lugar, forte o bastante que desvirtuava o aroma do tabaco consumido pelos detentos. Logo chegamos às escadarias que ligam o primeiro pavilhão ao pátio e esse as demais alas. Mais três agentes acompanharam nossa descida e fui orientado a não entrar no pátio por medida de segurança. Nas grades das celas havia braços que se misturavam a sacolas com lixo e com coisas que não consegui identificar, uma imagem extremamente poluída. A primeira sensação que tive a cerca dos encarcerados é que me observavam atentamente. A segunda foi a de como conseguiam se suportar ligados a vida naquelas condições. Bem em frente, grades me separavam a menos de um metro do grupo de prisioneiros e do pastor, que já estava no pátio e falava por meio de um microfone enquanto cânticos religiosos eram transmitidos pela mesma caixa de som que amplificava sua voz. Estavam todos de pé, organizados de forma paralela. Ao meu lado direito, sete detentos e a minha esquerda, mais sete. No centro, indo e vindo, o pastor.

Finalizado o cântico o pastor iniciou sua pregação. Quase todos possuíam uma pequena bíblia. O pastor anunciou o primeiro texto a ser lido: Is 14:24^v. Em resumo a pregação sobre esse trecho bíblico chamou a atenção dos detentos para a condição daquilo que é íntimo de cada um, o pensamento. E disse o pastor:

O que habita a sua mente? O mal? A vontade de fazer o mal? A vontade de estar com a família? A vontade de estar em liberdade? A vontade de ser um

homem de bem? Porque nos diz a Palavra, “como penseis sucederá”! O Senhor conhece seus pensamentos! E o que você pensar será determinado na sua vida! Se você encher sua mente com coisas ruins, elas acontecerão! Se encher com coisas boas, elas acontecerão, porque a palavra que acabamos de ler diz: “como pensei, assim sucederá, e como determinei assim se efetuará! Como é seu comportamento aqui e dentro da sua cela? Com os agentes? Se surgir alguma situação que não glorifica a Deus, aparta-te dela meu irmão! Sua mente e suas atitudes devem ser do Senhor!

Em seguida o pastor pediu que todos abrissem suas bíblias em 1ª Jo, 3: 1 -10^{vi} e continuou pregando:

Existem os filhos de Deus e os filhos do diabo ou criaturas de Deus. As práticas do bem e da justiça são práticas dos filhos de Deus, que erram, mas não intencionam o erro. Práticas ilegais são provenientes do diabo. É necessário “morrer” para que a semente do bem seja gerada, ou seja, morre o homem das práticas “mundanas” e nasce o homem das práticas “santas”! Vocês são filhos de Deus e é necessário que o homem que praticou coisas que os trouxeram pra cá morra, a cada dia, e que o novo homem viva! Vocês são uma família! Não uma família de criminosos, mas uma família de Cristo! Eu quero ver sair daqui pastores e obreiros de Deus para a pregação da Palavra.

Na sequência, o pastor citou três ou quatro exemplos de criminosos que se converteram e hoje são homens de bem. Dois dos ex-criminosos foram reconhecidos pelos detentos presentes. Nesse momento o pastor chamou a atenção para os bens materiais que esses ex-detentos possuem hoje servindo a Jesus e trabalhando honestamente. Um ou dois dos que ouviam a pregação estavam mais apáticos, mas o restante participava com ânimo, expressando palavras de ordem como “Amém”, “glória Deus” etc. Ao final do culto o pastor distribuiu uma espécie de folder em tecido estampado com os seguintes dizeres: *JESUS o nome mais forte*. Após a entrega do folder, o pastor ordenou que o colocassem em algum lugar visível da cela de cada um. Fez uma alusão com uma passagem bíblica em que os judeus estavam escravizados no Egito e Deus ordenou a esses que sacrificassem um cordeiro e passasse o seu sangue nas portas pelo lado de fora das dos umbrais, pois Deus permitiria que um anjo viesse para matar todos os primogênitos do Egito, mas as casas que estivessem com aquele sinal (o sangue do cordeiro morto), não seriam atingidas e todos seriam preservados. Ele então terminou a pregação com um abraço coletivo e orou com todos. Os detentos estavam bem envolvidos e mais uma vez, o pastor os chamou de família e pediu que eles continuassem a fazer cultos nas celas durante os dias, pois eles eram um grupo não de criminosos, mas de servos de Deus. Todos com grande entusiasmo disseram: “Amém!”.

Diante dos escritos de meu campo, interessa-me não a verificação do grau de veracidade das conversões identificadas no processo da pesquisa, mas a compreensão do sentido das práticas religiosas ligadas à vida daqueles sujeitos.

O culto evangélico, como qualquer outra cerimônia cristã, é um ritual. A menor unidade do ritual, de acordo com Turner (2005), é o símbolo. Seguindo a linha interpretativa desse autor, os símbolos podem ser objetos, gestos, relações, eventos etc. No caso do objeto que observo, pude perceber diversos desses no ritual assistido. Também penso ter chegado a uma conclusão acerca do símbolo “sênior” ou “símbolo dominante”: a Bíblia. Para além de seu sentido físico ela é considerada a Palavra de Deus, fato que a coloca em lugar elevado, se tratando do símbolo de maior importância dentro do culto. Portanto, pode-se realizar um culto sem que a Bíblia esteja fisicamente presente, mas necessariamente, ela deve estar subjetivamente presente, seja por meio de versículos citados ou de passagens bíblicas relembradas. A Bíblia orienta a *ordem do discurso* (FOUCAULT, 2011).

O processo ritual se dá de maneira a colocar o símbolo dominante como norte dos procedimentos rituais. Tudo dentro do culto evangélico se respalda no símbolo dominante. Nele também estão os valores fundamentais em que a organização social da vida cristã se dará. “Mais do que qualquer outro princípio de organização social, estabelece ordem e estrutura na vida social [...]” (TURNER, 2005, p. 51). Na minha interpretação é a Bíblia, ou seja, a Palavra de Deus, que estabelece a partir de seu conteúdo objetivo e subjetivo os sistemas de inter-relação entre grupos e pessoas que constituem as sociedades evangélico-cristãs.

Do início ao fim do culto, todos por meio do símbolo dominante são interligados. Pela Palavra de Deus, o pastor é ligado aos detentos, como de igual modo eles são ligados ao pastor, mas não somente isso. Há também uma ligação que transcende o espaço físico da vida em direção à chamada “vontade de Deus”. Logo, o ritual tem um pivô, o símbolo ritual dominante que reuni significados díspares, isto é, significa a voz de Deus; o caminho moral; o caminho espiritual; o alimento da fé; o princípio do conhecimento; a sã doutrina; a Lei do Senhor, a salvação do homem e, possivelmente, outros tantos que ainda não consigo compreender. Segundo Turner (2005), o símbolo ritual dominante possui três propriedades básicas: é condensador; unifica significados díspares; é a polarização do significado. Nesta última propriedade, revelam-se pólos que também podem ser associados ao processo descrito. São esses pólos o sensorial e o ideológico. Para Turner, no primeiro, “encontra-se um agregado de *significata* que se refere aos componentes da ordem moral e social [...] No outro pólo, os *significatas* são, usualmente, fenômenos e processos naturais e fisiológicos” (TURNER, 2005, p. 59). No primeiro pólo, o ideológico, estão as normas e valores que guiam a vida do

crente. Pensando o grupo, são valores e normas que ordenam e controlam as relações sociais dos evangélicos. No segundo pólo, o sensorial, é notado significados que promovem ou despertam os desejos e sentimentos.

O processo ritual descrito no início desse capítulo enfatiza, mediante seu símbolo “sênior”, um conjunto de práticas significativas e, portanto, de sentido para os que participam do culto. Durante a primeira parte da fala do pastor, coloca-se em evidência a noção subjetiva e objetiva da Palavra enquanto verdade e lei. A lei que emana do símbolo dominante é a norma de conduta social dos crentes. O pastor frisa em seu discurso que segundo a lei de Deus, o crente deve andar iluminado por sua Palavra. Por isso o pastor questiona sobre os tipos de pensamentos e comportamentos que os detentos tiveram, estão tendo e querem ter. Na sequência de sua pregação ele fala sobre normas de comportamento com base também no símbolo sênior. Compara o andar afinado com as regras e o andar que se desvia delas. Predomina, portanto, na primeira e segunda parte do processo ritual, uma valorização do pólo ideológico do símbolo dominante. Da segunda para a última parte do ritual, o pastor enfatiza em sua fala conteúdos ligados ao pólo sensorial do símbolo sênior. Prega sobre suas expectativas de ver os detentos se tornarem pastores e chama a atenção para exemplos de ex-detentos que hoje estão tendo dignidade na vida, com família e bens diversos. Um momento bastante emotivo da pregação e do ritual, que logo depois acabou em um clima muito positivo. Assim, o processo ritual e os símbolos se ligam direta e indiretamente as práticas de sentido para o mundo da vida.

Se arrepender do que um dia fora e tomar a Bíblia como norma de conduta por meio da fé, envolve o crente em um processo de conversão que transforma suas ações cotidianas. Tal processo, considerando a prisão, demanda maior esforço e compromisso de diversos atores. Sendo assim é necessário conhecer um pouco mais das diversas naturezas, mundos e culturas implicados nessa teia de relações sociais.

Para o agente religioso, neste caso o pastor, envolver-se com esse trabalho é uma questão de vocação e obediência, considera que sua missão é evangelizar e resgatar pessoas que estão vivendo em uma conduta desviante, entendendo a Palavra como Lei. Segundo ele, o “chamado” para evangelizar no presídio veio de Deus. “Sei que existe o lado social da coisa, mas para nós, isso tudo aqui é espiritual. São vidas reféns do diabo! Sem Jesus, elas não conseguirão sair dessa opressão”^{vii}. Para o corpo institucional no geral, o trabalho das igrejas no presídio é muito positivo e traz um equilíbrio na relação da instituição prisional com o corpo de encarcerados. Diante do que me foi relatado pelo diretor da instituição, o comportamento dos detentos mudou pra melhor com o trabalho das igrejas. “Depois dos

cultos, os detentos mudam até de cara! Outro dia um agente penitenciário me disse: Dr., o preso até me cumprimentou após o culto! Notamos uma mudança significativa no comportamento dos detentos que freqüentam os cultos”^{viii}. Já no caso dos detentos é mais problemático verificar suas noções quanto ao trabalho das igrejas, porém, nesse curto espaço de tempo no qual tenho realizado minhas observações, considero a pertinência de algumas considerações.

Ao longo desse processo, tive diversas oportunidades de contato com os encarcerados. A assistência religiosa na rotina de suas vidas está me parecendo ser muito importante, tanto para resistirem às agruras do local, quanto para se sentirem novamente inseridos ao acordo moral e social da sociedade considerada de bem, embora se trate de criminosos em reclusão e recuperação.

Conforme vimos na primeira parte desse escrito, ao agir de maneira desviante, o criminoso perde a solidariedade social da sociedade mais ampla. Ao ser preso, seus laços são rompidos e sua realidade passa a ser aquela do confinamento. Porém, ali se encontra uma sociedade criminosa reunida, embora monitorada e vigiada. O trabalho das frentes religiosas dentro do mundo prisional estabelece, por assim dizer, uma via alternativa de solidariedade a essa sociedade de excluídos. Nesse contexto, a religião tanto pode ser tomada como um acesso para a conversão legítima, na qual o grupo evangélico terá uma nova chance a partir de sua consciência cristã convertida e tanto pode ser um caminho para se ter um mecanismo de resistência e negociação diante da dura realidade do cárcere. Tais interesses podem se cruzar em determinado momento e em dada medida. Tanto em um caso como no outro a religião passa a assumir o papel de uma ação política, por um lado mais concentrada no espaço social interno e por outro, também no espaço externo da sociedade mais ampla, considerando a real recuperação do ex-criminoso. Portanto, a religião sob essa leitura é compreendida como uma prática que busca a liberdade, a cidadania e os valores implicados a plena realização dos sujeitos no mundo da vida.

Desse modo, verifica-se que a condição do ser detento, pode ser lida como um “estado de margem ou liminaridade [...] uma situação interestrutural” (TURNER, 2005, p.137). O preso não possui mais a liberdade e a cidadania, situando-se assim num estado liminar. A religião é o que possibilita a esse, tentar transgredir tal estado e buscar novamente se agregar à sociedade.

Referências Bibliográficas

- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões E Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica Do Poder*. São Paulo: Graal, 2002.
- _____. *Vigiar E Punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010a.
- _____. *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2010b.
- _____. *A Ordem Do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- TURNER, Victor. *Floresta De Símbolos*. Rio de Janeiro: Eduff, 2005.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “O Nativo e o Relativo”. In: *Mana* 8(1), 2002, 113-148. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132002000100005&script=sci_arttext. Acesso em 15/01/2015.

-
- i Esse foi o primeiro, “001/2014”, e após ele nenhum outro foi publicado até a presente data, isto é, até março de 2015. Justifica-se a interrupção com o período eleitoral de 2014.
- ii Esse trabalho funcionou durante todo o ano de 2013 e foi interrompido no início do ano de 2014.
- iii Até o momento houve duas edições do concurso, realizados a partir de uma confluência de interesses entre a Secretaria do Estado de Defesa Social, Subsecretaria de Administração Prisional e Superintendência de Atendimento ao Preso.
- iv Texto sem identificação, registrado no verso de uma das folhas do questionário aplicado em 25/09/2014.
- v Leia: Livro de Isaías, capítulo 14, versículo 24 (Antigo Testamento).
- vi Leia: 1ª Epístola de João, capítulo 3 e versículos de 1 a 10 (Novo Testamento).
- vii Relato colhido no dia 10 de julho de 2014 após o culto.
- viii Fala do diretor geral do Presídio Regional de Barbacena, colhida em 21 de agosto de 2014.